



CONTRATO Nº 20250342.

**TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO
GONÇALO DO AMARANTE - CE,
ATRAVES DA SECRETARIA DE
ESPORTE E JUVENTUDE E INSTITUTO
BRASIL SEM FRONTEIRAS - IBESF –
CNPJ Nº 22.060.078/0001-34.**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE-CE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o 07.533.656/0001-19, com sede na Rua Ivete Alcântara, nº 120 – CEP: 62.670-000 - São Gonçalo do Amarante - Ceará - através da **SECRETARIA DE ESPORTE E JUVENTUDE** neste ato representada pelo seu Secretário o Sr. Muller Rodrigues dos Santos, doravante denominado de **PATROCINADOR** e a empresa **INSTITUTO BRASIL SEM FRONTEIRAS – IBESF**, inscrito(a) no CNPJ Nº 22.060.078/0001-34, com endereço na Rua Santos Dumont 794 Apt 101, centro – Redenção/CE – CEP: 62790-000, neste ato representada pelo Sr. Marcelo de Oliveira Gomes, inscrito no CPF nº ***.384.373-**, doravante denominado simplesmente de **PATROCINADO**, celebram o presente contrato decorrente do processo de **Inexigibilidade nº 059.2025-SEJU**, em conformidade com o art. 74, inciso I, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e Lei Municipal nº 1.845 de 19 de outubro de 2023, e mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

1.1 - O presente instrumento tem como objeto o **PATROCÍNIO DO CIRCUITO ESTADUAL DE BODYBOARD 2025 NO DISTRITO DA TAÍBA A SE REALIZAR NO PERÍODO DE 04 A 06 DE JULHO DE 2025, EM PARCERIA COM O INSTITUTO BRASIL SEM FRONTEIRAS – IBESF.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR ESTIMADO DE RECEITA E DO PAGAMENTO.

2.1 – O valor global do presente patrocínio é de **R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)**, a ser pago em 02 (duas) parcelas, da seguinte forma: a) a primeira parcela, que corresponde a 50% do valor total do patrocínio, será paga em até 72h antes da data prevista para iniciar o evento e 48h após a conclusão do evento (**Circuito Estadual de Bodyboard 2025 no distrito da Taíba**) a segunda parcela, que corresponde aos outros 50% do valor total do patrocínio, de acordo com o termo de referência e em conformidade com a(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s) a ser(em) emitida(s) pelo PATROCINADO, acompanhada(s) das certidões de regularidade com as fazendas Federal (abrangendo as contribuições sociais), Estadual e Municipal, FGTS e CNDT, do





PATROCINADO, todas atualizadas, observadas as condições da Proposta de Incentivo.

2.2 – A antecipação parcial do pagamento se faz necessária haja vista ser condição indispensável para realização do serviço. Além disto, o objeto da contratação destina-se a promoção de atividades esportivas, vinculadas ao fortalecimento das ações e políticas do PATROCINADOR, logo, a confecção de todo o material de divulgação, logística e operacional necessários ao evento, precisam ser confeccionados previamente e já com a logo do PATROCINADOR.

2.3 – A liquidação da despesa e o pagamento será efetuado em até 05 (cinco) dias úteis após a emissão da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, a partir do devido atesto pelo PATROCINADOR, com a emissão de ordem bancária para o crédito em conta corrente do PATROCINADO, observada a ordem cronológica estabelecida no art. 141 da Lei nº 14.133/21.

2.4 – O presente instrumento contratual não será passível de reajuste, haja vista os prazos de vigência e execução do presente instrumento não serem passíveis da decorrência temporal necessária para a concessão do reajuste de preço.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO.

3.1 - A execução deste contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se, supletivamente, os Princípios da Teoria geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado, na forma do art. 89, caput, da Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores, combinado com o art. 92, II do mesmo diploma legal.

3.2 - O objeto contratual deverá ser executado em conformidade com as especificações e local estabelecidos no Termo de Referência, qual seja: a realização do Circuito Estadual de Bodyboard 2025 no distrito da Taíba a se realizar no período de 04 a 06 de julho de 2025, no Município de São Gonçalo do Amarante/CE.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA.

4.1 - O prazo de vigência do contrato será de **180 (cento e oitenta) dias**, a contar da data de assinatura do presente instrumento contratual, podendo ser prorrogado nos termos da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO PATROCINADOR.

5.1 - Caberá ao **PATROCINADOR**:

- a) Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do contrato;
- b) Comunicar ao PATROCINADO as ocorrências que a seu critério exijam medidas corretivas;
- c) Prestar ao PATROCINADO todos os esclarecimentos necessários à execução do objeto do Contrato;
- d) Indicar funcionário responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto da Inexigibilidade que originou a contratação;
- e) Efetuar os pagamentos do valor do contrato nas condições pactuadas;
- f) Fornecer as informações e documentos que se fizerem necessários à adequada realização dos serviços pelo PATROCINADO no tempo hábil;





- g) Atestar, ao final dos serviços prestados, o cumprimento do contrato, quanto ao grau de satisfação com o resultado obtido, à qualidade dos serviços e o respeito às condições pactuadas;
- h) Conferir e validar a prestação de contas apresentada pelo PATROCINADO ao final da execução do objeto contratual;
- i) Aplicar eventuais sanções administrativas ou penalidades ao PATROCINADO quando detectada alguma das infrações previstas no contrato;
- j) Disponibilizar: 01 (uma) UTI móvel, 02 (dois) brigadistas e agentes da Guarda Municipal durante a realização dos eventos.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO PATROCINADO.

6.1 – O PATROCINADO obrigar-se-á:

- a) Realizar o **Circuito Estadual de Bodyboard 2025** no período de 04 a 06 de julho de 2025, no Município de São Gonçalo do Amarante/CE, na Praia da Taíba.
- b) O patrocinado se compromete a utilizar o valor recebido a título de patrocínio, única e exclusivamente, para pagamento de despesas financeiras correspondentes ao objeto desse contrato;
- c) Esse contrato poderá ser rescindido caso o patrocinado utilize o dinheiro que lhe for oferecido a título de patrocínio com despesas desnecessárias para a participação em eventos desportivos;
- d) O patrocinado se obriga a utilizar a logomarca dos patrocinadores durante a sua participação em eventos desportivos, bem como, em quaisquer veiculações de sua imagem, referentes aos eventos, independente da mídia utilizada;
- e) Atentar e cumprir o Termo de Referência da Inexigibilidade nº 059.2025-SEJU;
- f) Promover os eventos desportivos no local, datas e especificações aprovadas pelo Patrocinador, com qualidade, segurança e alinhamento com a função social e interesse coletivo;
- g) Seguir fielmente à Proposta de Incentivo aprovada pelo Patrocinador;
- h) Divulgar o nome do Município de São Gonçalo do Amarante-CE; e
- i) Realizar as prestações de contas, conforme o Termo de Referência da Inexigibilidade nº 059.2025-SEJU;
- j) Responsabilizar-se pela alimentação e transporte de toda equipe de organização e suporte dos eventos, inclusive equipes de segurança, saúde, brigadistas, etc.)

6.2 – O patrocinado declara que está adimplente com as exigências contratuais de eventual patrocínio anterior celebrado com a Secretaria de Esporte e Juventude do Município de São Gonçalo do Amarante-CE.

6.3 – O patrocinado declara que conhece os objetivos sociais dos patrocinadores e se compromete a zelar pelo nome das empresas patrocinadoras de forma a manter imaculadas tais empresas, promovendo todas as condutas comuns e inerentes aos desportistas especialmente quanto ao trato social, apolítico e ecologicamente correto;





6.4 – O patrocinado declara, ainda, a ciência das restrições quanto ao uso de mão de obra escrava e trabalho infantil.

CLAÚSULA SETIMA – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS.

7.1 - É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do **PATROCINADOR** durante a vigência do contrato;

7.2 - É expressamente proibida, também, a veiculação de publicidade acerca da **Inexigibilidade nº 059.2025-SEJU**, salvo se houver prévia autorização do **PATROCINADOR**;

7.3 - É vedada a subcontratação de outra empresa para a prestação dos serviços objeto deste contrato;

7.4 - O presente contrato não importa exclusividade de serviços do **PATROCINADO** para com o **PATROCINADOR**, nem implica vínculo empregatício de qualquer espécie.

7.5 - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

7.5.1 - As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da contratação direta ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

7.5.2 - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

7.5.3 - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

7.5.4 - A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Patrocinado.

7.5.5 - Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Patrocinado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

7.5.6 - É dever do Patrocinado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

7.5.7 - O Patrocinado deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

7.5.8 - O Patrocinador poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Patrocinado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

7.5.9 - O Patrocinado deverá prestar, no prazo fixado pelo Patrocinador, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

7.5.10 - Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem





ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

7.5.10.1 - Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

7.5.11 - O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

7.5.12 - Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLAÚSULA OITAVA – DA VERIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO.

8.1 - Durante a vigência deste contrato, a prestação dos serviços será acompanhada e fiscalizada através de um servidor designado para este fim pela SECRETARIA DE ESPORTE E JUVENTUDE, representando o **PATROCINADOR**;

8.2 - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante indicado pela SECRETARIA DE ESPORTE E JUVENTUDE verificar a execução do serviço, deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

8.3 - O **PATROCINADO** deverá manter representante, aceito pelo **PATROCINADOR**, durante o período de vigência deste contrato, para representá-la sempre que for necessário.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

9.1 - Os recursos financeiros previstos para a presente contratação encontram-se devidamente alocados no orçamento municipal para o exercício de 2025 da Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante-CE, Secretaria de Esporte e Juventude, na seguinte Dotação Orçamentária: 12.01 - Secretaria Municipal de Esporte e Juventude – SEJU; Projeto/Atividade: 27.812.0057.2.101 - Funcionamento das Atividades Esportivas da Secretaria; Elemento de Despesas: 3.3.50.41.00 - Contribuições; sub elemento 3.3.50.41.99 outras contribuições. Fonte de Recurso: 1.500.0000.00 - Recursos não Vinculados de Impostos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO.

10.1 - O presente contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 124 da Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores, desde que haja interesse da Administração, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES.

11.1. Nos termos dos arts. 155, 156 e 162 da Lei 14.133/2021 e das disposições constantes do Termo de Referência, após o regular Procedimento Administrativo de Apuração de Responsabilidade - PAAR, serão apenas de acordo com a





seguinte dosimetria, sem prejuízo das multas eventualmente previstas no Termo de Referência e das demais penalidades legais, assegurado a prévia e ampla defesa:

Ocorrência	Penalidade
a) Dar causa a inexecução parcial do objeto.	Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave
b) Dar causa à inexecução parcial do objeto que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave
c) Dar causa à inexecução total do objeto.	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 1 (um) ano a 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
d) Deixar de entregar documentação exigida para a contratação direta.	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 1 mês a 6 meses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
e) Não manter a Proposta de Incentivo, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 2 (dois) meses a 1 (um) ano, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação quando convocado dentro do prazo de validade da sua Proposta de Incentivo.	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 3 (três) meses a 2 (dois) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
g) Ensejar o retardamento da execução do objeto ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 3 (três) meses a 1 (um) ano e 6 (seis) meses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação direta ou prestar declaração falsa durante a contratação direta ou a execução do objeto	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos
i) Fraudar a contratação direta ou praticar ato fraudulento na execução do objeto	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos



j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos
k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação direta	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos
l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos.
m) Ausência ou deficiência de prestação de contas do patrocínio	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos.

11.2. Nas condutas previstas nas letras "b", "c", "d", "e", "f" e "g" do item anterior, quando justificada a imposição de penalidade mais grave, será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

11.3. As demais disposições quanto ao cálculo de multas, compensações, formas de aplicação da sanção, instrução, condução e julgamento de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade – PAAR, assim como, as disposições obrigatórias quanto aos padrões éticos serão aquelas constantes no Termo de Referência do processo a qual esse contrato se vincula, sem prejuízo das demais normativas municipais correspondentes.

11.4. Além das penalidades descritas anteriormente, poderão ser aplicadas ao Patrocinado as seguintes multas:

- Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "h)" a "l)" do item 11.1 deste instrumento, de 25% a 30% do valor global do contrato;
- Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c)" do item 11.1 deste instrumento, de 25% a 30% do valor global do contrato;
- Para infração descrita na alínea "b)" do item 11.1 deste instrumento, a multa será de 20% a 25% do valor global do contrato;
- Para infrações descritas na alínea "g)" do item 11.1 deste instrumento, a multa será de 10% a 20% do valor global do contrato;
- Para a infração descrita na alínea "a)" do item 11.1 deste instrumento, a multa será de 5% a 10% do valor global do contrato, ressalvadas as seguintes ocasiões: em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução contratual tal como pactuado.

11.5. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.6. Todas as sanções previstas neste instrumento poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).





11.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis não forem pagas pelo Patrocinado, estas serão cobradas judicialmente.

11.9. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO.

12.1 - A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, conforme o disposto no CAPÍTULO VIII da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021:

12.1.1. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12.2 – A extinção do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

12.2.1 - A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

12.2.2 - Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o PATROCINADO será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

I - devolução da garantia, quando for o caso;

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

III - pagamento do custo da desmobilização.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO.

13.1 – A publicação do extrato do presente contrato será providenciada pelo PATROCINADOR, como condição indispensável para sua eficácia, nos termos do parágrafo único art. 72 da Lei nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

14.1 - Os casos omissos serão resolvidos sempre em consonância com as disposições da Lei Federal nº 14.133/21, e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO.

15.1 - As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas pelo Foro da





SÃO GONÇALO DO AMARANTE
AVANÇANDO JUNTOS
GOVERNO MUNICIPAL

GOVERNO MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE. Rua Ivete Alcântara, nº 120, Paço Municipal – Centro. CEP: 62670-000. São Gonçalo do Amarante – Ceará (85) 4042-0748 – www.saogoncalodoamarante.ce.gov.br – CNPJ: 07.533.656/0001-19.



Comarca de São Gonçalo do Amarante-CE, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja;

15.2 - E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, **PATROCINADOR** e **PATROCINADO**, e pelas testemunhas abaixo.

São Gonçalo do Amarante-CE, 26 de junho de 2025

MULLER RODRIGUES DOS SANTOS
SECRETÁRIO DE ESPORTE E JUVENTUDE
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE-CE
CNPJ Nº 07.533.656/0001-19
PATROCINADOR

gov.br

Documento assinado digitalmente

MARCELO DE OLIVEIRA GOMES

Data: 26/06/2025 15:56:38-0300

Verifique em <https://validar.ib.gov.br>

INSTITUTO BRASIL SEM
FRONTEIRAS – IBESF
CNPJ Nº 22.060.078/0001-34
MARCELO DE OLIVEIRA GOMES
CPF Nº ***.384.373-**
PATROCINADO

Testemunhas

1. _____ CPF:

049.164.423-00

2. _____ CPF:

002-327 013-81

